

## Processo de concepção arquitetural- especificidades do projeto de intervenção no patrimônio edificado

Monique Lessa Vieira

Contato: jm.moniquelessa@gmail.com

Linha de pesquisa: PROJETO DE ARQUITETURA

---

### 1 INTRODUÇÃO

Muitos autores têm se dedicado ao estudo do processo do projeto em arquitetura, alguns dão ênfase em seus estudos à concepção arquitetural, ou naquilo que Boudon (2000) chama de “arquiteturologia”, ou seja, a ciência arquitetônica - dos saberes sobre o fazer projetual. Silva (2012) aponta que “uma questão de natureza diferente vem ganhando relevância: o projeto enquanto produto, processo ou os dois”. Nesta mesma linha, Naveiro (2001) define o projeto tanto como o resultado final, quanto como o processo pelo qual se chega a este resultado. Tendo como conclusão que o processo é tanto “produto” como “processo”, Lawson (2011) discute alguns problemas no processo de concepção de projetos e distingue que existem especialidades que são enfrentadas em tipos

particulares de projetos. Contudo, observamos que mesmo diante destas discussões sobre métodos de projeção há uma escassez de estudos sobre as especificidades dos processos no projeto de intervenção em edifícios de reconhecido valor patrimonial. Cabendo informar que, em âmbito nacional as recentes discussões sobre as especificidades de projetar em áreas de valor patrimonial apontam para uma atuação caracterizada pelo arbítrio, quando deveriam se caracterizar pelo rigor, sendo assim, Kühl (2009) enfatiza a “necessidade de rigor metodológico na restauração, como condição necessária para a execução de projetos arquitetônicos que de fato respeitem o bem que se quer preservar e como fio que conduz o processo criativo” (KÜHL, 2006, p.19).

A restauração como campo disciplinar autônomo possui seus referenciais teóricos e metodológicos, que não devem ser confundidos como regras fixas, mas sim como aportes para uma reflexão crítica no processo do projeto de intervenção. (VIEIRA, MARANHÃO, VIEIRA, 2013).

Observamos a falta deste rigor quando analisamos a forma indiscriminada de apresentação dos projetos onde, por exemplo, revistas especializadas em Arquitetura produzem seus artigos sem discutir os projetos à luz das especificidades que regem a intervenção. O que é colocado em evidência é o novo, as questões sobre as análises da preexistência, as alterações e possíveis destruições não são mencionadas com clareza.

Sabe-se que o bem cultural arquitetônico apresenta grande complexidade no momento da elaboração do projeto de intervenção. Nesse caso, à conservação soma-se uma gama de fatores que nele interferem e determinam suas diretrizes. Primeiramente, por sua condição de patrimônio cultural, com significados e representações e depois pela adequação dos espaços antigos a novos usos que muitas vezes necessitam de

novas instalações que garantam a segurança e a possibilidade de um uso atual (BRAGA, 2003, p.19).

Retomando o ponto sobre a concepção do projeto em que Lawson destaca que o “mais provável é que projetar envolva algumas habilidades tão genéricas que se aplicam a todos os tipos de prática, mas também parece provável que algumas habilidades sejam específicas para certos tipos de projeto” (LAWSON, 2001, p. 41). A questão da pesquisa está em delimitar até que ponto os projetos em edificações históricas com valor patrimonial apresentam processos comuns aos dos demais projetos e até que ponto estes processos variam, demandando conhecimentos e procedimentos específicos? Logo, a hipótese é que o projeto de intervenção exija dos profissionais conhecimentos teóricos e práticos específicos na área de preservação patrimonial, e que não considerar estas especificidades podem acarretar práticas inconscientes que podem resultar em danos irreversíveis ao patrimônio.

Se por um lado é animador acompanhar esse movimento de valorização das demandas da preservação, por outro é bastante preocupante o pouco conhecimento, para não dizer completo despreparo, que muitos que se arriscam a atuar nessa

área revelam – tanto em posicionamentos teóricos, como em ações práticas nas diferentes escalas e objetos da salvaguarda do patrimônio, do material ao imaterial. (NERY, BAETA, 2013).

A partir desta problemática, é que se tornou clara a necessidade de realizar uma pesquisa mais detalhada a respeito do ato de projetar em edificações de interesse patrimonial. Logo, o objeto de estudo que se propõe neste trabalho é a investigação das especificidades deste tipo particular de projeto. A importância desta investigação ou reflexão se baseia na crescente valorização e interesse em se preservar áreas e edifícios de valor patrimonial. Consequentemente, observa-se um número cada vez maior de projetos de intervenção com a intenção de preservar estes bens.

No Brasil, nessas últimas décadas temos visto crescentes esforços no campo da preservação patrimonial com a produção de vários escritos, entretanto, em sua grande maioria eles estão voltados “para a análise das políticas públicas de preservação, releituras críticas da atuação dos órgãos de preservação etc.” (KÜHL, 2006, p.30). O que se observa é que o debate sobre os princípios teóricos e metodológicos que devem conduzir os projetos de intervenção ainda são muito escassos.

O universo desta pesquisa consiste nos projetos de intervenção no patrimônio edificado realizados para o centro histórico de Natal. O recorte temporal está em construção, pois dependerá dos dados obtidos pela pesquisa documental que está sendo realizada nos órgãos competentes responsáveis pela gestão do sítio histórico de Natal.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo geral consiste em identificar e sistematizar métodos de intervenções projetuais em edificações históricas de interesse patrimonial, praticados no Centro Histórico de Natal, traçando o quadro contemporâneo da prática intervencionista na cidade.

Os objetivos específicos são: a) Pesquisar aspectos teóricos e metodológicos da prática preservacionista; b) Identificar correntes contemporâneas de atuação sobre o patrimônio edificado; d) apontar especificidades no processo de projeto de intervenção em edificação de valor patrimonial; d) levantar e analisar os projetos de intervenção no patrimônio edificados realizados em Natal/RN a partir do recorte temporal a ser estabelecido, identificando o caráter arquitetural das

intervenções, enumerando as categorias de intervenção mais utilizadas.

### 3 METODO

O método de abordagem ou base ideológica desta pesquisa é o Método Dialético, pois para a análise dos processos de projeto de intervenção no patrimônio edificado, entende-se que o fenômeno da conservação de bens culturais edificados não pode ser entendido isoladamente, mas como um conjunto que deve abordar as transformações teóricas e práticas da conservação e restauro.

Os métodos de procedimento para o alcance dos objetivos da dissertação são:

**Método Observacional** – utilizada na pesquisa preliminar, importante para determinar o objeto desta pesquisa. Verificou-se que os estudos sobre metodologia de projeto de intervenção em edifícios de valor patrimonial, ainda são pouco discutidos, logo, viu-se a necessidade de realizar uma pesquisa mais detalhada a respeito do ato de projetar em edificações de interesse patrimonial.

**Método Monográfico** – ou estudo de caso, onde a partir da análise dos projetos, pretende-se obter generalizações identificando o caráter arquitetural das intervenções, enumerando as categorias de intervenção mais utilizadas na prática contemporânea em Natal.

As Técnicas da pesquisa, ou seja, as fontes de informação são:

**Pesquisa Bibliográfica** – com o levantamento e análise do que já se produziu sobre o tema de preservação de bens culturais, em forma de livros, revistas, e publicações.

**Pesquisa Documental** – todos os documentos que podem servir como fonte de informação e ainda não foram tratados. Constitui como fonte desta pesquisa os processos com projetos disponíveis no IPHAN/Natal e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

**Pesquisa de Campo** - Entrevista com profissionais que atuam com projetos de intervenção de edifícios de valor patrimonial em Natal.

#### 4 DESENVOLVIMENTO

Assim como Choay (2006), muitos autores apontam a segunda metade do século XVIII como um momento crítico onde ocorreram mudanças da relação entre uma dada cultura e seu passado. De uma forma quase que generalizada, as atuações em obras preexistentes, até então, eram voltadas “para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas, em especial as de uso”. O processo gradual de alteração do modo de lidar com os bens legados por períodos anteriores<sup>1</sup> teve “suas raízes no Renascimento italiano e se acentua em finais do século XVIII devido à vários fatores, entre os quais o Iluminismo, as profundas e aceleradas alterações ocasionadas pela Revolução Industrial e as reações às destruições maciças posteriores à Revolução Francesa” (KÜHL, 2008, p.56-57). Scocuglia, acrescenta ainda que:

Desse modo, até o século XVIII, as ações voltadas para a preservação dos monumentos eram ocasionais e realizadas pelos segmentos sociais dominantes, sobretudo, a Igreja e a aristocracia, visando a conservar seus bens. Por seu turno, os membros das sociedades de antiquários se interessavam pelos monumentos como documentos de valor artístico. Entretanto, os valores históricos e artísticos não foram suficientes

para implantar, de modo sistemático e definitivo, uma prática de preservação. Foram as ameaças de perda dos monumentos já consagrados pelos vandalismos da Reforma e da Revolução Francesa e o culto à nação enquanto interesse político que fizeram com que a preservação dos monumentos se tornasse de interesse público (2004, p.32).

Entretanto, mesmo com a crescente conscientização em se preservar os monumentos, saber como intervir requer defrontar-se com questões práticas e técnicas referentes à arquitetura e construção dos mesmos.

Querer e saber “tombar” os monumentos é uma coisa. Saber como conserva-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os “arquitetos dos monumentos históricos”, que o século XIX precisou inventar. (CHOAY, 2006, p.149).

A primeira metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX constitui um período dominado por duas doutrinas do modo de intervir nos monumentos que se defrontam: “uma, intervencionista, predomina no conjunto dos países europeus; a outra antiintervencionista, é a mais própria da Inglaterra”, protagonizadas pelas figuras do arquiteto francês

Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc e o pensador e escritor inglês John Ruskin. (CHOAY, 2006). Estas influenciaram atuações e posturas no modo de preservar, sendo consagradas na historiografia da preservação de monumentos históricos.

Durante as décadas de 1880 e 90, amadurecem novas posturas em relação às posições extremas de Viollet-le-Duc e Ruskin, conhecidas como: restauro histórico e o restauro moderno, associadas respectivamente às figuras dos arquitetos Luca Beltrami e Camilo Boito. (BARDA, 2009).

Boito passará a buscar uma forma de intervir nos prédios garantindo que a sua autenticidade não seja agredida. A construção teórica deste autor buscará a garantia de preservação do valor documental do monumento [...] procura sistematizar e tornar a prática da restauração algo mais didático e acessível. Porém, seus princípios acabam sendo difundidos e utilizados como uma verdadeira “cartilha” com tarefas a serem cumpridas, praticamente convertendo-se em uma simples “receita de bolo”. (NASCIMENTO, VIEIRA, 2012).

Nos anos de 1940, com a figura de Cesare Brandi (1906-1988) foi formulada a dialética entre história e estética no restauro. Criador da teoria da restauração, publicada

em 1963, Brandi destaca o restabelecimento da “unidade potencial” da obra de arte. Para ele, restaurar vai muito além de restabelecer uma função, dando a importância ao valor artístico, mas respeitando a história. O conceito de “unidade estilística” de Viollet le Duc “que se preocupa com a leitura artística do conjunto se moderniza no conceito da “unidade potencial” de Brandi que permanece ressaltando a prioridade ao valor artístico, porém, sem atentar contra a autenticidade.” (NASCIMENTO, VIEIRA, 2012).

Cabe apontar que, nos debates atuais acerca da intervenção no patrimônio edificado existem dois grupos com posturas distintas, aqueles que defendem veementemente a aplicabilidade das teorias do restauro e aqueles que às criticam confrontando-as com temas atuais que não foram considerados na época de suas formulações. Entretanto, o que se percebe quando analisamos a historiografia do restauro como disciplina é que ela possui uma clara evolução e o que “[...] nos interessa é a essência de cada contribuição e a possibilidade de continuar este caminho de refinamento teórico no sentido de nos dar maiores condições de enfrentar, com tranquilidade e atitudes conscientes, a prática preservacionista na atualidade.” (NASCIMENTO, VIEIRA, 2012).

Com relação ao processo de concepção arquitetural de uma forma geral, Boudon(2000) conclui que este tradicionalmente inicia-se a partir de um programa dado por um cliente, e que paralelamente é submetida à exigências/restrições de natureza diversa, tais como sítio/terreno, legislação, custo entre outros. Na mesma linha de pensamento, Bryan Lawson (2011, p.87-91) coloca como geradores de restrições de projeto: os clientes, os legisladores, os usuários e os projetistas. Contudo, quando se trata de intervenção em edificações de valor patrimonial, além destes fatores referentes a qualquer projeto, as questões da preexistência e do arcabouço teórico podemos acrescentar também que o processo de concepção depara-se com fatores históricos e simbólicos que atribuem o valor ao objeto de intervenção, os quais influenciam os critérios da intervenção. Ao discutirmos as questões históricas, simbólicas e os critérios de intervenção abordaremos dois conceitos fundamentais que servirão como balizas para o processo de concepção do projeto de intervenção, são eles: integridade<sup>ii</sup> e autenticidade<sup>iii</sup>. Pois a “qualificação de um sítio para vir a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial requer, fundamentalmente,

a condição de satisfazer as noções de autenticidade e integridade” (VIEIRA, 2008, p.44).

No caso de Natal, um dos primeiros passos para a gestão do seu sítio histórico foi a implantação de leis específicas voltadas para a problemática dessa área como o Plano Diretor de 1984 que estabeleceu a Zona Especial de preservação Histórica, sancionada no ano de 1990 (ZEPH, lei nº 3.942) e o plano Diretor de 1994 que definiu oficialmente os bairros Ribeira e Cidade Alta como áreas de Operação Urbana, sancionada em 1997 (lei nº 4.932). Mais recentemente, anos 2000, como resposta às diretrizes nacionais com a implantação de programas voltados ao estímulo do uso habitacional, merece destaque o Programa REHABITAR e no ano de 2008 foi criado o Plano de Reabilitação do Bairro da Ribeira– PRAC/Ribeira. Entre os anos de 2006 e 2008, foram realizados os estudos para o tombamento do Centro Histórico de Natal<sup>iv</sup>, que embasaram o pedido de tombamento desse sítio histórico (BRASIL. IPHAN. Processo de Tombamento nº 1.558-T-08) em abril de 2008, aprovado em dezembro de 2010 pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CRUZ; NASCIMENTO; VIEIRA, 2013). Sendo delimitada a poligonal de

tombamento que engloba parte dos bairros da Ribeira e Cidade Alta e a poligonal de entorno que abrange os bairros supracitados e Rocas. No ano de 2009, foi implantado o Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas. Componente do eixo Comunidade Cidadã do Programa de Aceleração do Crescimento. Natal, assim como as demais capitais brasileiras foi contemplada com este programa (BRASIL, 2009, p.20).

Acredita-se que com a inclusão da Cidade do Natal no PAC-Cidades Históricas, um número cada vez maior de projetos de intervenção em imóveis de interesse para preservação, tanto na esfera pública quanto na iniciativa privada. Logo, refletir sobre a prática projetual contemporânea em Natal, é uma discussão eminente.

Nas pesquisas de campo já iniciadas observa-se uma grande diversidade de posturas intervencionistas praticadas localmente. Apesar de vermos em Natal algumas práticas preservacionistas marcadas pela visão oitocentista de repriminação, como o caso da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, podemos também observar outros casos que apresentam posturas que reconhecem o tempo da intervenção e negam a criação de falsos históricos, onde o novo e o preexistente se articulam sem perder a individualidade e personalidade

de cada um (a exemplo da Capitania das Artes e da Casa da Ribeira)<sup>V</sup>. Importa aqui observar qual o processo de projeção realizado para que se chegasse a tais resultados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito, a intenção da pesquisa consiste em investigar o processo do projeto de intervenção no patrimônio edificado e suas especificidades. Entretanto, este estudo não pretende ser normativo, mas é uma tentativa de sistematizar conhecimentos específicos sobre o ato de projetar em edificações de interesse e patrimonial.

Espera-se a partir desta, contribuir para a consolidação de métodos de projeção conscientes da responsabilidade cultural e social envolvidas em projetos de transformação de áreas urbanas, conjuntos arquitetônicos e edifícios de interesse para preservação como testemunhos únicos e que devem ser transmitidos para gerações futuras. As intervenções contemporâneas devem trazer contribuições próprias do seu tempo, porém, “respeitando e valorizando o preexistente, buscando uma relação positiva e construtiva do novo com aquilo que ali está.” (KÜHL, 2009, p.31).



## 6 REFERÊNCIAS

BAETA, Rodrigo Espinha, NERY, Juliana Cardoso. Do restauro à recriação: as diversas possibilidades de intervenção no patrimônio construída. In: Anais do ARQUIMEMÓRIA 4. Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador: 2013.

BARDA, Marisa. Espaço (meta) vernacular na cidade contemporânea. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOUDON, P; DESHAYES, P.; POUSIN, F.; SCHATZ, F. Enseigner la Conception Architecturale – Cours d’Architecturologie. Paris: Éditions de la Villette, 2000.

BRAGA, Márcia. Conservação e Restauro: Arquitetura Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

BRASIL, IPHAN. Programa de aceleração para o crescimento-PAC Cidades Históricas. 2009. 34p.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESPE, 2006.

CRUZ, Luana Honório; NASCIMENTO, José Clewton do; VIEIRA, Natália Miranda. Reflexões sobre o entorno de sítios históricos tombados: o caso do centro histórico de Natal. In: Anais do ARQUIMEMÓRIA 4- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos do restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 325p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração Hoje: Método, Projeto e Criatividade. In: Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, n. 6, São Paulo, set. 2006. p. 19-33.

KÜHL, Beatriz Mugayar. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006. Disponível em: Portal de revistas da USP [www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15579/17153](http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15579/17153), acesso em 26/09/2013.

LAWSON, Bryan. Como Arquitetos e Designers pensam. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

NASCIMENTO, José Clewton do; VIEIRA, Natália Miranda. A cristalização da eterna imagem do passado nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para sua superação? In: Anais do ENANPARQ- II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: 2012.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

SILVA, Heitor de Andrade. Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso. 2002. 176p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2002.

SILVA, Heitor de Andrade. Projeto em áreas consolidadas de Patrimônio cultural: propostas para a Construção de uma metodologia de ensino – Natal: UFRN, 2012. 392 f. Tese

(Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Programa de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo.

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: 2008.

VIVEIRA, Natália Miranda; MARANHÃO, Haroldo; VIEIRA, Monique Lessa. Práticas intervencionistas no patrimônio edificado do Rio Grande do Norte: da reconstrução mimética a uma abordagem crítica. In: Anais do PROJETAR 6- O projeto como instrumento para materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador: 2013.

SILVA, Heitor de Andrade. Projeto em áreas consolidadas de Patrimônio cultural: propostas para a Construção de uma metodologia de ensino – Natal: UFRN, 2012. 392 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo.

## NOTAS

<sup>i</sup> Para uma maior riqueza de detalhes sobre o surgimento da ideia de patrimônio histórico, artístico e a consagração dos monumentos, ver as colocações de Françoise Choay, *A alegoria do Patrimônio*, São Paulo, UNESP, 2006.

<sup>ii</sup> O conceito de integridade está relacionado com as qualidades que são valorizadas em um ambiente como também “ao estado de conservação de determinada obra ou conjunto e à sensação de completude ainda presente nos mesmos.” (VIEIRA, 2008, p.47).

<sup>iii</sup> Ao abordar a autenticidade, devemos ter em mente as noções de continuidade, mudança e verdade. E “tratando especificamente do aspecto material, podemos perceber a intrínseca relação existente entre a autenticidade de determinado conjunto e o tipo de intervenção realizada em seu estoque construído.” (VIEIRA, 2008, p.47).

<sup>iv</sup> desenvolvidos, pela então Sub-Regional do IPHAN no Rio Grande do Norte (atual Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte) com o apoio do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN

<sup>v</sup> Ver artigo Práticas intervencionistas no patrimônio edificado do Rio Grande do Norte: da reconstrução mimética a uma abordagem crítica de VIEIRA, MARANHÃO e VIEIRA 2013.